



**Research
Brief**

RENERGY - Consensos e controvérsias sociotécnicas sobre energias renováveis
Estudo de caso exploratório: Sortelha

Luís Silva, Ana Horta e Ana Delicado



Consensos e controvérsias sociotécnicas sobre energias renováveis

Research brief n. 2 Estudo de caso exploratório: Sortelha

Janeiro 2013

Luís Silva

Ana Horta

Ana Delicado

Consensos e Controvérsias Sociotécnicas sobre Energias Renováveis é um projeto de investigação em estudos sobre ciência e sociedade financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/CS-ECS/118877/2010), em curso no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), em colaboração com a Universidade de Aveiro e o Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA). <http://www.renergy.ics.ul.pt>

Introdução

Ainda que as energias renováveis tenham merecido nas últimas décadas um amplo consenso social e político, estão amplamente documentados casos de oposição local a parques eólicos. A literatura desta área é fértil em estudos de caso sobre a resistência das populações à implantação de parques eólicos em determinadas localizações (Woods, 2003; Warren et al., 2005; Eltham, Harrison & Allen, 2008; Aitken, 2009; Devine-Wright & Howes, 2010). Esta resistência tem sido motivada pela preocupação com questões como o ruído, a poluição, os efeitos sobre a saúde, os impactos sobre a fauna (sobretudo aves e morcegos), mas também com a percepção de que os aerogeradores arruinam as paisagens rurais e ameaçam o património natural e cultural, tendo consequências não só simbólicas mas também económicas sobre o turismo e o valor das propriedades.

Em Portugal, apesar de a literatura sobre conflitos ambientais já ser relativamente extensa (veja-se o artigo de síntese de Figueiredo & Fidelis, 2003) e de alguns casos, como a co-incineração de resíduos perigosos, terem merecido particular atenção, apenas foi identificado um estudo publicado sobre parques eólicos, sobre o caso do proposto (e rejeitado) para o Parque Natural de Montesinhos (Afonso & Mendes, 2010).

Esta *research brief* destina-se a dar conta dos principais resultados de um estudo de caso exploratório sobre a controvérsia gerada pela implantação do parque eólico junto a Sortelha, no interior centro do país. Este estudo exploratório destinou-se não só a aprofundar o conhecimento sobre esta questão, mas também a testar instrumentos empíricos que serão mobilizados noutras fases do projeto em que se insere (análise das representações mediáticas sobre energias renováveis e estudos de caso locais sobre centrais solares e parques eólicos).

Metodologia

Este estudo de caso exploratório baseou-se na combinação de duas metodologias: um estudo de natureza qualitativa *in situ* e uma análise de conteúdos mediáticos.

O estudo qualitativo consistiu em análise documental (da declaração de incidências ambientais, de atas de reuniões da Câmara e da Assembleia Municipal), breve trabalho de campo etnográfico e entrevistas a oponentes e apoiantes do parque eólico nas imediações de Sortelha. A missão de terreno em Sortelha foi efetuada em Setembro de 2012 e destinou-se à realização de entrevistas junto de defensores e opositores à instalação de geradores de energia eólica no espaço envolvente desta Aldeia Histórica de Portugal. Foram realizadas e gravadas em suporte digital (posteriormente transcritas na íntegra) cinco entrevistas semiestruturadas com residentes, incluindo um empresário de energias renováveis e um dos fundadores do autointitulado movimento popular ‘Vamos Salvar Sortelha’ (das eólicas).

Com o objetivo de compreender o papel dos media na construção dos discursos públicos sobre o protesto contra a instalação do parque eólico, foram recolhidos e submetidos a análise de conteúdo todos os textos publicados online por meios de comunicação tradicionais e por blogues. De modo a analisar o recurso dos promotores do protesto aos media, foi dada particular atenção ao blogue [Vamos Salvar Sortelha](#), fundado como veículo de expressão pública do protesto. Os textos analisados correspondem aos 195 *posts* do blogue, acrescidos de 56 textos publicados noutros media online, num período de 19 meses (entre 3 de Abril de 2010 e 24 de Outubro de 2011).

Sortelha

Sortelha é sede de uma freguesia com uma área de aproximadamente 40 Km² de extensão, bastante acidentada, com montanhas carregadas de afloramentos rochosos de granito e vale, situada na parte ocidental do concelho do Sabugal, na margem esquerda do rio Côa, a cerca de 12 quilómetros da sede do município. Como é usual no “Portugal Transmontano” caracterizado por Orlando Ribeiro (1967 [1945]), onde se incluem as províncias de Trás-os-Montes e Beira Alta, a freguesia tem um tipo de povoamento concentrado, compreendendo a aldeia de Sortelha e várias anexas. É sobre a aldeia que versa este estudo de caso.

A aldeia de Sortelha tem características sociais e económicas típicas de muitas povoações rurais do interior do país e que resultam do processo de desruralização da sociedade e economia portuguesas iniciado por volta de 1960 e da mais recente implementação de políticas/medidas nacionais e comunitárias de desenvolvimento rural favoráveis ao turismo (Silva, 2007, 2009a). Sortelha tem atualmente pouco mais de duas centenas de habitantes permanentes, aproximadamente metade dos quais com 65 ou mais anos, com baixos índices de escolaridade e formação - a taxa de analfabetismo é 27% - e que vivem principalmente de uma pequena agricultura familiar, dos serviços de administração pública e municipal, do pequeno comércio e de transferências de dinheiro relacionadas com pensões, reformas e poupanças. O turismo tem aqui um peso relativamente importante na economia e no emprego, providenciando rendimentos complementares para a economia doméstica de 14% da população, embora de modo sazonal (Silva, 2012: 498).

Sortelha integra dois espaços diferenciados, denominados *vila* e *arrabalde*. É no *arrabalde* - isto é, fora de muralhas - que reside a maioria dos habitantes; apenas três indivíduos ocupam

de modo permanente três das cerca de cinco dezenas de casas habitáveis na cidadela/*vila*, muitas das quais funcionam como residência secundária de cidadãos de classes média e alta que raramente as ocupam. Classificados como monumentos nacionais desde 1910, o castelo existente no ponto mais elevado de um cabeço com cerca de 700 metros de altitude e a muralha ovalada que serpenteia o monte foram, segundo a tradição historiográfica, construídos na época medieval sobre um antigo castro lusitano (cf. Neves, 1979).

Entre 1995 e 2006, ao abrigo do Programa de Recuperação de Aldeias Históricas de Portugal, a *vila* beneficiou de mais de dois milhões de euros de investimento público destinados a convertê-la num destino turístico assente na história e no património edificado, incluindo elementos arquitetónicos de carácter militar, religioso e vernacular; com base no respetivo *Plano de Aldeia*, o centro histórico de Sortelha foi transformado em representação cultural de um lugar fora do tempo e do lugar reais que convida os visitantes e turistas a “viajar na História” e “recuar à época medieval” (ver Silva, 2007, 2009b, 2011, 2012, para detalhes).

A controvérsia em torno do parque eólico

Nas proximidades da aldeia, foram no inverno de 2011 instalados dois sub-parques eólicos - o de São Cornélio (com 17 aerogeradores) e o do Troviscal (com 8 aerogeradores) -, ambos incluídos no Parque Eólico da Raia (constituído por 6 sub-parques, com 50 aerogeradores e com uma potência instalada de 100Mw), propriedade da ENEOP2, mas promovido pelo sócio local da empresa Eólicas do Campanário. Este último sub-parque, apesar de ser o mais próximo da *vila*, não foi sequer sujeito a Estudo de Incidência Ambiental, visto se encontrar fora da Reserva Ecológica Nacional. O Parque de São Cornélio foi licenciado com uma Declaração de Incidência Ambiental

favorável condicional, que impunha apenas os costumeiros planos de monitorização de ruído e de mortalidade de aves e morcegos, para além de pequenas restrições na construção. Os projetos tiveram aprovação das entidades competentes (câmara municipal do Sabugal, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Ministério da Economia), com o argumento de que ajudam a equilibrar a balança comercial do país em termos energéticos e providenciam benefícios/dividendos para o concelho e a freguesia, respeitando a legislação vigente relativamente à proteção do património cultural em Portugal, particularmente em termos de distância métrica face ao bem protegido. O processo de consulta pública, realizado em junho de 2009, recebeu apenas pareceres favoráveis, sob a forma de cartas das Juntas de Freguesia de Sortelha e Águas Belas “expressando o seu total apoio ao projeto”.

A população de Sortelha não se mostra contra a energia eólica. Como referem dois informantes em entrevista, “é uma necessidade do nosso tempo”, “um tempo em que é preciso encontrar formas de energia alternativas ao petróleo”. Todavia, a instalação de aerogeradores em Sortelha suscitou oposição veemente por parte de residentes. A oposição foi encabeçada pelo autointitulado movimento “Vamos Salvar Sortelha” (das eólicas), co-fundado por dois moradores em 2010. Mediante ações desenvolvidas no terreno - afixação de cartazes na aldeia, recolha de assinaturas - e em plataformas eletrónicas - blogue, petição pública online -, o movimento procurava impedir a instalação de aerogeradores em Sortelha, a fim de salvaguardar a “preservação do património cultural, histórico e arquitetónico de Sortelha”, “que um património de todos que é importante preservar e valorizar”.

O movimento colheu simpatia fora da povoação, do concelho e até do país - por exemplo, a petição online reuniu à data

1251 assinaturas -, mas não mobilizou a grande maioria dos habitantes em Sortelha. Na ótica da cofundadora do movimento, isto acontece “[porque] as pessoas de Sortelha não têm consciência do valor patrimonial de Sortelha e não têm consciência da mais-valia que pode ser o turismo, se bem explorado, para a economia local”. Contudo, a breve pesquisa de terreno efetuada no início de Setembro de 2012 permitiu identificar vários outros residentes contra a presença das eólicas em Sortelha. Estes declaram não ter aderido ao movimento por causa da “falta de credibilidade” dos cofundadores, mas também por receio de represálias da parte dos interessados no negócio, nomeadamente o promotor local e seus familiares. Os motivos da sua posição são, no essencial, similares ao do movimento.

O movimento e outros residentes opõem-se à instalação de aerogeradores em Sortelha por múltiplas razões, mas sobretudo por motivos de ordem processual e locativa. Em termos processuais, acusam-se os responsáveis de terem escondido a consulta pública da população local. Nas palavras de um empresário turístico, “A consulta pública foi feita no segredo dos deuses; eu sou residente em Sortelha e não soube de nada”. De igual modo, a artesã que cofundou o movimento refere que “[j]á as obras estavam em estado iniciado quando foram colocados aqui os editais de consulta pública que já tinha terminado. Portanto, publicamente ninguém, ninguém soube ou ninguém foi consultado. Foi tudo cozinhado no segredo dos deuses”. Segundo o promotor local, a “consulta pública realizou-se na sede de concelho, na Câmara Municipal do Sabugal, e o edital esteve por todo o lado”. Entretanto, o processo de consulta pública teve uma participação pública exígua, saldando-se em duas cartas favoráveis das juntas de freguesia de Águas Belas e de Sortelha.

Em concomitância, critica-se os contornos do “negócio” e a distribuição desigual dos rendimentos gerados pelas eólicas.

Condena-se o facto de os contribuintes pagarem uma taxa destinada ao desenvolvimento das energias renováveis num país que tem os custos da eletricidade mais elevados da União Europeia, em benefício de algumas instituições e indivíduos concretos, nomeadamente a câmara municipal do Sabugal, a junta de freguesia de Sortelha, a empresa titular das eólicas e os proprietários dos terrenos (todos privados). Nas palavras de um pensionista e ex-imigrante em França, “[q]uem mais beneficia com o parque eólico são os produtores de energia e os donos dos terrenos, agora nós aqui em Sortelha não”.

Mas critica-se também, e sobretudo, a forma como a instalação dos parques permitiu a ascensão económica - o “enriquecer” - do promotor local, por meios considerados ilegítimos. Não só por

ser o presidente da junta de freguesia de Sortelha que emitiu o parecer favorável à instalação do sub-parque eólico de São Cornélio aquando da consulta pública, sendo portanto parte interessada no processo, mas também porque retira dividendos das rendas dos terrenos afetados. O promotor refere, a propósito, que “todas as eólicas que estão neste momento no concelho do Sabugal, no concelho de Belmonte e uma parte da Guarda são terrenos que eu aluguei a proprietários por trinta anos”. O ponto de vista dos residentes surge de modo contundente nas palavras de uma empresária turística: “Aos donos dos terrenos dão jeito os dois ou três mil euros ao fim do ano, é claro. Mas enquanto esses donos recebem dois ou três mil euros, não é!?, o intermediário recebe vinte ou trinta mil euros [...] só porque ajitou ali o contrato de arrendamento”.

Figura 1: Castelo de Sortelha e Parque Eólico do Troviscal



Autor: Luís Silva, Setembro de 2012

Em termos locativos, condena-se principalmente a intrusão visual resultante da instalação de uma tecnologia moderna nas proximidades de um sítio monumental,

como mostram os seguintes excertos de entrevista:

Eu sou contra a instalação do parque, em primeiro lugar, porque não houve

preservação nenhuma do património de Sortelha, [porque] interfere, destoa com a beleza natural aqui da aldeia. A própria aldeia é que fica prejudicada. Aqui não se pode ter cimento e elementos modernos à vista porque é um sítio histórico, e ali espetam com antenas que têm 80 metros de altura e sapatas de cimento. É uma contradição do caraças (empresário turístico).

Eu não estou contra a produção de energias renováveis, eu estou contra o sítio onde elas estão postas. [...] Porque estão perto das

habitações e da Aldeia Histórica, o que é inadmissível (reformado).

Sou contra porque considero que [...] paisagisticamente é uma ofensa. [...] Desde que nasceram cá as eólicas, Sortelha deixou de ter o mesmo significado para mim, por causa da proximidade, porque aqueles mamarrachos estão deslocados. Isto é uma aldeia com características medievais, onde há como que um regresso ao passado e de repente, para qualquer lado para onde eu olho, vejo ali os mamarrachos que entram pelas muralhas a dentro (co-fundadora do movimento, artesã).

Figura 2 Muralhas do Castelo de Sortelha e Parque Eólico do Troviscal



Autor: Luís Silva, Setembro de 2012

A intrusão visual das eólicas numa paisagem percebida como pastoral na cultura portuguesa (Silva, no prelo) é normalmente vista como atentatória dos interesses do turismo e das dezenas de milhares de pessoas que anualmente visitam a povoação. A ideia de que “os turistas continuam a vir, mas acham feio e queixam-se disso” é recorrente nos discursos dos residentes. O promotor local, ex-empresário turístico, por seu lado, argumenta que em 2012 as casas de

turismo rural exploradas pelos seus familiares, como outras na povoação, tiveram uma elevada taxa de ocupação neste primeiro verão após a instalação dos parques. Sobre a reação dos turistas, acrescenta:

A reação dos turistas quando chegam aqui, há alguns que dizem que realmente, ah, isto tirou um bocado [de beleza] porque isto é aldeia histórica e agora vêem-se as eólicas modernas. [Mas] a maioria diz que realmente estão enquadradas de uma

maneira que não prejudica nada a aldeia. Desde logo o Ministério do Turismo, a CCDR

de Coimbra, todos aprovaram porque não ia prejudicar (promotor do parque eólico).

Figura 3 Centro da vila de Sortelha e Parque Eólico de São Cornélio



Autor: Luís Silva, Setembro de 2012

Por outro lado, embora menos frequentemente, aponta-se o ruído causado pelos aerogeradores em funcionamento. Segundo um empresário turístico, “quando o vento é favorável: faz vu, vu, vu; nota-se mesmo, não é brincadeira”. A este respeito, um residente apresentou queixa formal contra o ruído. Segundo o promotor local, o residente fez queixa porque

queria mudar as janelas e as portas e as persianas. E pensava que a empresa das eólicas que lhe ia mudar isso tudo porque ele tinha barulhos, queixava-se de barulhos. Só que ele esqueceu-se que há estudos para isso. E logo foi posta uma máquina, logo que ele reclamou, ao fim de cinco dias estava uma máquina a medir o barulho ao pé da casa dele. E não era verdade (promotor do parque eólico).

O queixoso, por seu turno, argumenta que o teste de ruído não foi feito por uma entidade independente, mas sim por parte

interessada, e durante um dia de verão em Junho em que o vento não se fazia sentir.

Finalmente, critica-se a falta de coerência relativamente à conduta permitida numa área considerada *non aedificandi*. Os excertos de entrevista que se seguem são, neste ponto, ilustrativos:

É inconcebível ter deixado construir eólicas que têm toneladas de cimento nas sapatas numa zona verde onde não deixam construir casas e há casais jovens que tiveram que ir embora de Sortelha por causa disso, como a presidente de junta (empresária turística).

E lá, dizem que é uma zona verde, uma zona classificada, não te deixam fazer uma casa, mas depois fazem estes cambalachos com as energias renováveis e podem fazer o que querem, como construir torres de betão que só a sapata leva trinta ou quarenta toneladas de ferro e trinta ou quarenta toneladas de cimento. Onde é que está a sustentabilidade do país ou do ambiente? Estes gajos que vejam lá o que se passa com a lei (empresário turístico).

A oposição à instalação de aerogeradores em Sortelha repercutiu na “Recomendação à Câmara Municipal” do Sabugal apresentada na sessão ordinária da assembleia municipal realizada a 30 de abril de 2010 (ata municipal 2/2010). Na sequência da aprovação pelo presidente da edilidade do projeto de instalação do sub-parque eólico do Troviscal, o grupo do PS recomendava o executivo camarário a pronunciar-se na reunião da câmara municipal agendada para 5 de Maio sobre: “A solicitação à CCDR Centro da abertura de um período excecional de Consulta às diversas entidades normalmente consultadas em empreendimentos desta natureza, seguido de um período de Consulta Pública”; “A suspensão do alvará emitido em 31 de Março de 2010 até que seja obtida uma resposta daquela Comissão de Coordenação”. Esta recomendação foi reprovada em escrutínio com 33 votos contra, 25 abstenções e 6 votos a favor. Da ata consta que um deputado informou a “Assembleia de que o grupo PSD votara contra aquela recomendação por entender que a mesma era contra os interesses do desenvolvimento do concelho do Sabugal e da localidade de Sortelha propriamente dita”.

Os responsáveis pelo movimento e os residentes afirmam não saber o que vai acontecer às eólicas após o período de exploração (25 anos), nem quais os efeitos que elas terão para Sortelha e a população residente no médio e no longo prazo, inclusivamente em termos de saúde pública. Um informante refere, a propósito, que “a proximidade poderá provocar doenças que o conhecimento [científico] ainda não conhece, como aconteceu com as minas de urânio”. No imediato, percebem a ineficácia das ações de oposição à instalação de eólicas na envolvente de Sortelha. Nas palavras da co-fundadora do movimento, segundo a qual a sua “reputação desceu abaixo de zero” com o processo, “as coisas acabaram por ficar em águas de bacalhau porque vivemos num país [...] em que a justiça não

funciona, e quando são os grandes que fazem falcattruas [nada acontece]”.

Mediatização do movimento de protesto contra o parque eólico em Sortelha

A mobilização da arena pública depende fortemente do sucesso dos argumentos e operações desenvolvidos pelos promotores do protesto, sendo necessário que o alerta possa extravasar a causa para que a perceção do prejuízo se torne tangível a atores distantes, potenciando a preocupação social e a ação política (Chateauraynaud & Torny, 1999; Anderson, 1997; Cottle, 2009). Tendo-se tratado de um caso muito localizado, para mais sendo uma povoação remota e escassamente povoada, embora classificada como Aldeia Histórica de Portugal, a inserção nas agendas mediáticas nacionais do protesto contra a instalação dos aerogeradores em Sortelha exigiria uma forte ativação de valores-notícia que pudessem suscitar o interesse do grande público, como seria o caso da dramatização associada à presença de figuras públicas, de uma multidão em protesto, de imagens-choque de património destruído ou de um conflito aceso entre entidades ou interesses. Efetivamente, não se verificou nenhum destes fatores, nem tão pouco uma forte mobilização da população local, já que nas notícias sobre o caso raramente são ouvidos outros indivíduos além dos promotores do protesto.

A duração da cobertura noticiosa, que pode também considerar-se um fator crucial na mobilização pública (Chateauraynaud & Torny, 1999), prejudicou o protesto, dado que a mediatização mais significativa do caso, incluindo a sua amplificação em blogues e jornais online regionais, circunscreveu-se a um período de um mês, tendo tido eco na imprensa e televisões nacionais em apenas sete dias diferentes. Como mostra o

gráfico 1, após um curto período inicial de 6 a 10 de Abril de 2010, que se deve quase inteiramente à reprodução em diversos media de uma notícia difundida pela agência Lusa a propósito do lançamento da petição online *Vamos Salvar Sortelha* (<http://www.petitiononline.com/petitions/Sortelha/signatures>), a presença do protesto no espaço mediatizado enfraqueceu, tornando-se residual. O próprio blogue *Vamos salvar Sortelha*

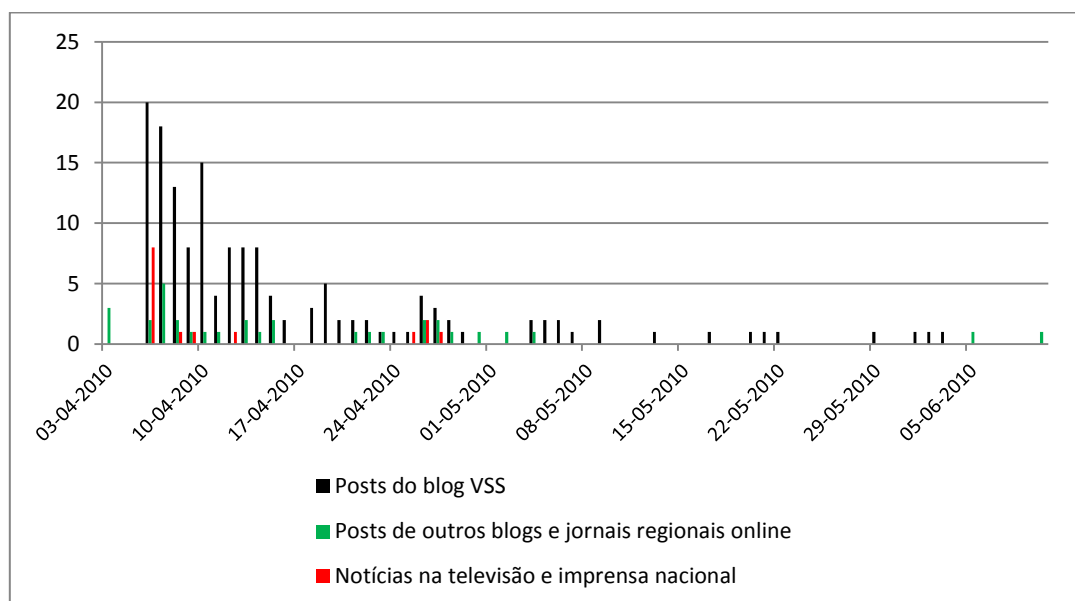
(VSS), veículo do protesto, concentra nesses cinco dias iniciais 37,6% dos *posts* publicados, sendo evidente um mês depois de ter sido criado a fadiga dos seus promotores. De facto, de Maio de 2010 a Outubro de 2011, data do último *post*, são publicados 29,9% dos textos, raramente obtendo eco entre o seu público, como demonstra o total de vinte comentários suscitados nesse período.

Figura 4 Cabeçalho do blogue Vamos Salvar Sortelha



<http://vamosalvarsortelha.blogspot.pt/>

Gráfico 1. Evolução da mediatização do protesto contra o parque eólico em Sortelha: *media* nacionais, blogue *Vamos Salvar Sortelha* e outros blogs e jornais regionais online



Outros indicadores também evidenciam o reduzido impacto deste protesto na arena pública. Tendo sido mediatizado essencialmente através de blogues, foram contabilizados entre Abril de 2010 e Outubro de 2011 apenas 196 comentários, 71 dos quais em resposta a *posts* do blogue *Vamos salvar Sortelha*. Outro indicador significativo consiste no reduzido número de membros deste blogue - apenas 19. Também o reduzido número de indivíduos ouvidos pelos *media* a este respeito é revelador da fraca implantação do protesto. Com efeito, reduzem-se essencialmente a três indivíduos, o mentor do blogue e da petição *Vamos salvar Sortelha*, o presidente da Câmara Municipal do Sabugal e um antigo presidente da Junta de Freguesia de Sortelha.

No conjunto dos textos publicados sobre o protesto, seja nos jornais, seja nos blogues, prevalecem três enquadramentos temáticos distintos. Em primeiro lugar, assumindo uma função de mobilização, o apoio ao protesto e apelo direto à assinatura da petição online, encontrado quase exclusivamente em blogues sobretudo de âmbito regional. Outro enquadramento, com carácter informativo ou jornalístico, apresenta o caso como uma polémica entre habitantes ou um apelo lançado em defesa do património local. Um terceiro enquadramento, de carácter interpretativo, consiste no debate das vantagens e desvantagens que os parques eólicos representam para a localidade. Estes textos, publicados em blogues, tendem a centrar-se numa avaliação económica das rendas obtidas face a eventuais prejuízos na principal atividade local, que é o turismo.

Os argumentos evocados contra a construção do parque eólico centram-se maioritariamente na destruição “de forma irreversível” da paisagem envolvente de uma aldeia que constitui um “importantíssimo” património histórico que deve ser legado às gerações futuras e

que representa para a região “uma lança em termos de turismo”, em cuja recuperação “foram investidos milhares de euros”.

As eólicas têm que ser colocadas noutra lugar, pois serranias não faltam. Sortelha tem um ambiente único que se caracteriza por remeter para a época medieval, estar em Sortelha e contemplar este ambiente é como viajar no tempo a colocação destas eólicas a pouca distância, vem criar um anacronismo ambiental de tal modo destrutivo que impedirá que alguém se sinta nesse ambiente para que a aldeia remete. (Jornal online *Mundo Português*, 7/4/2010)

Por vezes, é também evocada a dimensão estética da aldeia em contraposição às inestéticas torres, a proximidade das torres e os interesses económicos dos beneficiários.

A instalação de parques eólicos no Concelho vem sendo olhada por muitos como «o poço de petróleo» de onde pingam os euros (muitos) das rendas que as empresas concessionárias pagam. (Blogue *Capeia Arraiana*, 10/6/2010)

Surgem igualmente referências à “necessidade em termos energéticos” da construção destes parques, bem como aos benefícios da energia eólica.

Apenas numa fase tardia do protesto surgem em blogues acusações de ilegalidades verificadas no licenciamento dos parques eólicos. Esta questão já não obteve eco nos media nacionais.

Em síntese, os media nacionais veicularam uma abordagem noticiosa do caso da instalação dos parques eólicos em Sortelha centrada no processo de resistência local e na dimensão patrimonial, sem entrar numa discussão dos benefícios e riscos associados a esta tecnologia de produção de energia, e ignorando a questão de uma eventual promiscuidade de interesses entre administração local e investidores, bem como alegadas ilegalidades cometidas.

Conclusão

Este estudo exploratório sobre a controvérsia em torno do parque eólico junto a Sortelha permite identificar algumas das posições típicas contra e a favor destas estruturas/tecnologias. No que concerne às justificações das posições favoráveis aos parques eólicos, verifica-se que os argumentos para a sua aceitação pendem quase sempre para os benefícios na economia local, sobretudo em zonas economicamente desfavorecidas do interior do país. Os argumentos desfavoráveis abraçam uma diversidade de fatores que vão desde a defesa dos valores ambientais, à salvaguarda da integridade paisagística, à proteção do património, aos impactos na saúde das populações locais, à falta de transparência nos procedimentos de avaliação do risco, bem como a intrusão visual na paisagem. No caso específico de Sortelha, houve um movimento de protesto encabeçado por alguns protagonistas locais, mas que acabou por ter fraco impacto a nível mediático. E, sobretudo, não foi reconhecido como sendo credível por grande parte dos residentes daquela aldeia histórica, embora tanto o movimento de protesto como os residentes estivessem unidos numa crítica comum à presença dos aerogeradores. Dois principais motivos foram apontados, um que reúne argumentos de ordem processual (a falta de transparência do processo de consulta pública, a falta de confiança em alguns atores locais, bem como a desigualdade na distribuição de riqueza na economia local), e outro de ordem locativa (a intrusão visual na paisagem e o ruído).

O caso de Sortelha é, assim, revelador de uma certa falta de entusiasmo e ambiguidade dos portugueses no que concerne às energias renováveis, que se repercute de múltiplas formas: desde a constituição de movimentos de protesto (embora tímidos e com fraco impacto mediático), até uma acomodação ao parque eólico tolerada mas sofrida, a qual é experienciada no quotidiano das

populações locais, afetando vidas e espaços.

Referências

- Afonso, Ana Isabel; Mendes, Carlos (2010), *Energía Eólica Y Paisajes Protegidos: Controversias en el Parque Natural de Montesinhos, Nimbus*, 25-26, 5-19.
- Aitken, M. (2009) Wind power planning controversies and the construction of 'expert' and 'lay' knowledges, *Science as Culture* 18 (1): 47-64.
- Anderson, Alison (1997). *Media, Culture and the Environment*. Londres: UCL Press.
- Chateauraynaud, Francis; Torny, Didier (1999). *Les sombres précurseurs: une sociologie pragmatique de l'alerte et du risque*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Cottle, Simon (2009). Global crisis in the news. *International Journal of Communication*, 3: 494-516.
- Devine-Wright, Patrick; Howes, Yuko (2010), Disruption to place attachment and the protection of restorative environments: A wind energy case study, *Journal of Environmental Psychology*, 30 (3), 271-280.
- Eltham, D. C., G. P. Harrison & S. J. Allen (2008) Change in public attitudes towards a Cornish wind farm: Implications for planning, *Energy Policy* 36 (1): 23-33.
- Figueiredo, Elisabete; Fidélis, Teresa (2003), No meu quintal, não! Contributos para uma análise dos movimentos ambientais de raiz popular em Portugal (1974-1994), *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 151-173.
- Neves, Vítor (1979), *A Antiga Vila de Sortelha, Aldeia-Museu de Portugal*, edição de autor.

Ribeiro, Orlando (1967 [1945]), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Silva, Luís (2007), Sortelha e Monsaraz: estudo de caso de dois lugares turísticos no interior de Portugal, *Análise Social*, XLII (184): 853-874.

Silva, Luís (2009a), *Casas no Campo: Etnografia do Turismo Rural em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Silva, Luís (2009b), Heritage building in the Historic Villages of Portugal: social processes, practices and agents, *Journal of Ethnology and Folkloristics*, 3 (2): 75-91.

Silva, Luís (2011), Beneath the surface of the heritage enterprise. Governmentality and cultural representation of rural architecture in Portugal, *Ethnologia Europaea*, 41 (2): 39-53.

Silva, Luís (2012), Built heritage-making and socio economic renewal in declining rural areas: evidence from Portugal, *Etnográfica*, 16 (3): 487-510.

Silva, Luís (no prelo), “The pastoral ideal in Portugal: from literature to touristic practices”, In Luís Silva & Elisabete Figueiredo (eds.), *Shaping Rural Areas in Europe. Perceptions and Outcomes on the Present and the Future*. Springer, no prelo.

Warren, C., C. Lumsden, S. O’Dowd & R. Birnie (2005) ‘Green On Green’: public perceptions of wind power in Scotland and Ireland, *Journal of Environmental Planning and Management* 48 (6): 853-875.

Woods, Michael (2003), Conflicting environmental visions of the rural: windfarm development in mid Wales, *Sociologia Ruralis*, 43 (3), 271-288.